

Moção específica:

Por um Fortalecimento da Ligação do Partido ao Movimento Sindical e Maior Ação com o Mercado de Trabalho

Introdução:

O Livre tem como missão fundamental promover a justiça social, a igualdade e o progresso para todos os cidadãos. Reconhecemos que o mercado de trabalho desempenha um papel crucial na realização desses objetivos, mas também enfrenta desafios significativos que afetam a vida dos trabalhadores. A nossa ligação com o movimento sindical é essencial para garantir que as preocupações dos trabalhadores sejam ouvidas e abordadas de forma eficaz. Portanto, propomos uma série de medidas para fortalecer essa ligação e enfrentar os desafios do mercado de trabalho.

Em termos de perfil do emprego no país (Inquérito ao Emprego INE, 1º trimestre de 2023), as atividades da Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca representam apenas 2,9% da população empregada; a Indústria, Construção, Energia e Água 25,1%; e os Serviços 72,1%.

Portugal continua a evoluir no sentido da terciarização e digitalização da atividade, com particular destaque para as áreas do Comércio e Reparação de Veículos (19,8% do emprego nos Serviços), das Atividades de saúde humana e apoio social (14,3%) e da Educação (11,9%).

Portugal é o segundo país da União Europeia (depois de Espanha) com menos proporção de jovens empregados e o quarto com a força de trabalho mais envelhecida (atrás de Bulgária, Letónia e Itália). Um cenário que se tem estado a acentuar: em 2023, havia menos 40% de jovens trabalhadores do que 20 anos antes, ao passo que o escalão dos 55 aos 64 anos cresceu 66%; e a faixa etária dos 44 aos 64 anos subiu de um terço para metade do total.

Encontra-se abaixo da média europeia no trabalho em part-time, com apenas oito em cada 100 pessoas empregadas a ter este regime, o que nos torna o 10º da UE com uma proporção mais baixa. No caso das mulheres, é ainda pior, em termos comparativos: apesar de haver mais mulheres a trabalhar em part-time (dez em cada 100), o País é o 9º com a proporção mais baixa. Na Áustria e nos Países Baixos, mais de metade das mulheres trabalham em part-time.

Portugal é ainda o terceiro país europeu com maior percentagem de contratos a prazo: 17,4%, contra 13,4% da média europeia.

O salário médio anual de um português é de €20.483, quando a média da UE é €35.329, o que nos deixa numa pouco invejável 10ª posição (e ocupamos exatamente a mesma posição quanto ao salário mínimo). O ordenado médio mensal, incluindo subsídios de férias e de Natal, horas extraordinárias e prémios de desempenho, encontrava-se, em 2022, nos €1.368.

Levando em consideração o custo de vida, as coisas são ainda piores: passamos a ter o 5º salário médio mais baixo. Os países com melhores salários são Luxemburgo (€75.409), Dinamarca (€65.666) e Bélgica (€52.466). Os piores salários encontram-se na Bulgária (€11.850), Hungria (€13.705) e Roménia (€14.064).

A hotelaria e a restauração são os setores com os empregos mais mal pagos (€872,7), seguidos da agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca (€916,2), da construção (€973,2), da saúde e ação social (€1.004,8) e da administração pública, defesa e segurança social obrigatória (€1.035,5).

Por outro lado, os empregos mais bem pagos encontravam-se nas empresas e organismos internacionais (€3.156,8), na eletricidade, gás e água (€2 243,1) e nas atividades financeiras e dos seguros (€1.705,2).

Temos um nível de desemprego relativamente baixo em Portugal, mas temos muitos desafios em relação à qualidade do emprego, à negociação coletiva, à igualdade entre os homens e as mulheres, à conciliação entre a vida familiar e a vida profissional. Os trabalhadores estão pior do que estavam há uma década. Os trabalhadores estão pior do que estavam antes da pandemia. A precarização no mercado de trabalho é maior do que era antes.

É necessário dar maior capacidade de os parceiros sociais poderem assumir novas responsabilidades em relação à gestão e ao funcionamento do mercado de trabalho, que vão para além daquilo que é o quadro regulamentar.

Propostas:

1. Fortalecimento das Relações com os Sindicatos:

- O Livre compromete-se a fortalecer sua ligação com os sindicatos, reconhecendo-os como parceiros fundamentais na promoção dos direitos dos trabalhadores.
- Propomos a criação de fóruns regulares de diálogo entre representantes do Livre e líderes sindicais, para discutir questões pertinentes ao mercado de trabalho e colaborar na formulação de políticas que promovam a justiça e a igualdade no local de trabalho.

2. Proteção dos Direitos dos Trabalhadores:

- O Livre defenderá vigorosamente os direitos dos trabalhadores, incluindo o direito à negociação coletiva, a condições de trabalho justas e seguras, e a proteção contra a exploração e o assédio.
- Propomos a implementação de legislação que fortaleça os direitos dos trabalhadores, incluindo a proibição de práticas abusivas por parte dos empregadores e a garantia de remuneração justa e condições de trabalho dignas para todos.

3. Combate à Precariedade Laboral:

- O Livre está comprometido em combater a precariedade laboral, que afeta muitos trabalhadores em Portugal. Propomos a implementação de medidas para garantir a estabilidade no emprego, incluindo a limitação do uso de contratos temporários e a promoção de empregos de qualidade e seguros.

4. Incentivo à Formação e Qualificação Profissional:

- Reconhecemos a importância da formação e qualificação profissional para a empregabilidade e o desenvolvimento pessoal dos trabalhadores. Propomos o aumento do investimento em programas de formação e qualificação profissional, em parceria com os sindicatos e outras organizações relevantes, para capacitar os trabalhadores a enfrentar os desafios do mercado de trabalho em constante evolução.

Conclusão:

O Livre reafirma seu compromisso com a promoção dos direitos dos trabalhadores e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ao fortalecer nossa ligação com o movimento sindical e abordar as principais preocupações do mercado de trabalho, estamos a trabalhar para garantir um futuro melhor para todos os cidadãos de Portugal. Aprovamos esta moção para orientar os nossos esforços na defesa dos trabalhadores e na construção de um mundo do trabalho mais justo e humano.